

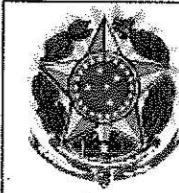


MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS  
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL  
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL

# 19ª Reunião Ordinária Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial (CNPIR)

**13 de março de 2009**

BRASÍLIA-DF  
2009



## PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR

Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

### ATA DA DÉCIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CNPIR

1 Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e nove, no auditório do térreo do Bloco  
2 A da Esplanada dos Ministérios, em Brasília, Distrito Federal, reuniu-se o Conselho  
3 Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR –, sob a presidência da Secretaria  
4 Executiva Oraida Abreu (SEPPIR) e com a participação dos conselheiros: Ana José  
5 Alves Lopes (FNMN), Andréa Costa Magnavita (Ministério do Planejamento), Altair  
6 dos Santos Lira (FENAFAL), Pe. Ari Antônio dos Reis (CNBB), Clarice Maria Ferreira  
7 (Ministério das Comunicações), Cláudio A. da Silva (BFHH), Cleide Hilda de Lima  
8 Souza (CONEN), Edson França (UNEGRO), Egbony Conceição Reis d' Ogum  
9 (INTECAB), Elayyan Aladdin (FEPAL), Eliane Borges da Silva (MinC), Ethel Proença  
10 Braga (Ministério das Cidades), Genaldo Antônio dos Santos Novaes (INTECAB),  
11 Geraldo Vitor S. Filho (SID/MinC), Iêda Leal de Souza (CUT), Jacinta de Fátima Senna  
12 da Silva (MS), Jacinta Maria Santos (APN's), João Bosco Borba (ANCEABRA), Maria  
13 Helena Azumezuhero (CONAMI), Mariana Balen Fernandes (MDS), Melissa Volpato  
14 Curi (FUNAI), Mírian Stanescon Batuli de Siqueira (FSSK), Pedro Paulo da Cunha  
15 Carvalho – Paulo Axé – (RAN), Rui Leandro da S. Santos (MDA), Valkíria Silva –  
16 Kika – (CONEN), Vera Lúcia Fermiano (AMNB), além da presença dos consultores  
17 Fausto José (PNUD), Gerlaine Martini (MS/SGEP) e de contar com a presença do Dr.  
18 Carlos Moura (SEPPIR), do Assessor Parlamentar Benedito Cintra, do Sr. Edmar  
19 Bastos (RAN), do Professor Eduardo Oliveira (ex-CNPIR), do Parlamentar Ernesto  
20 Pereira Filho, do Sr. Fausto José (ex-SEPPIR), do Sr. Jorge Coutinho (Sindicato dos  
21 Artistas/RJ), do Sr. Marcos Resende (SEN), do Sr. Marcos Cardoso (ex-SEPPIR), da  
22 Sra. Mariana Fernandes (MDS) e da Sra. Sandra Cabral. **Abertura** – A reunião iniciou-  
23 se às oito e trinta. **Palavras iniciais** – A Secretaria Executiva da SEPPIR, Oraida Abreu,  
24 saudou os presentes dando-lhes as boas vindas e solicitou aos presentes que, em  
25 conformidade com o Regimento, escolhessem, entre eles, um conselheiro ou uma  
26 conselheira para acompanhá-la na condução da reunião. Foi escolhida a Conselheira  
27 Ana José Lopes (FNMN). **Leritura e aprovação da pauta** – Foi lida a pauta do dia,  
28 conforme o seguinte: “*Aprovação da Ata da XVIII Reunião Ordinária, Comissões  
Permanentes do CNPIR, Proposta de Criação de Delegacias de Crimes Étnico-Raciais  
e Intolerâncias, II CONAPIR, Definição do Calendário para 2009, Estatuto da  
Igualdade Racial, Informes, Encaminhamentos Gerais e Encerramento*”. **Aprovação da  
ata da reunião anterior** – A Secretaria Executiva da SEPPIR, Oraida Abreu, informou  
33 que, por problemas diversos, o texto da ata da reunião anterior não foi distribuído e que,  
34 na próxima reunião, será analisado, a fim de que seja aprovado juntamente com a ata  
35 desta reunião. **Comissões Permanentes do CNPIR** – Sobre a composição das  
36 comissões permanentes, a Secretaria Executiva da SEPPIR, Oraida Abreu, expressou-se  
37 no sentido de que, para estimular a discussão do plenário, há a necessidade de haver  
38 paridade, mas não sendo restrito; mas, sim, que contemple ambos os lados: tanto

39 sociedade civil como membros de Governo. Seguindo essa orientação, as cinco  
40 comissões permanentes ficaram com a seguinte composição: 1. Comissão de  
41 Acompanhamento e Articulação de Políticas Públicas: AMNB, APN, BFHH, CONAMI,  
42 CONAQ, FENAFAL, RAN, SERUMANO, Ministério das Cidades, MinC, MDA;  
43 2. Comissão de Orçamento: AMNB, ANCEABRA CONIB, FNMN, INTECAB,  
44 Ministério das Comunicações Ministério do Planejamento; 3. Comissão de Análise e  
45 Acompanhamento de Atos Normativos: CNBB, FEPAL, UNEGRO; 4. Comissão de  
46 Comunicação e Informação: ANCEABRA, FNMN, Fundação Cultural Palmares, FSSK,  
47 INTECAB, SERUMANO, MinC; e 5. Comissão de Articulação de Conselhos de  
48 Promoção da Igualdade Racial: CNBB, CONAMI, CONEN, CUT, FEPAL, FSSK,  
49 RAN, UNEGRO, Ministério das Comunicações. **Proposta de Criação de Delegacias**  
50 **de Crimes Étnico-Raciais e Intolerâncias** – A Secretaria Executiva da SEPPIR,  
51 Oraida Abreu, informou que a proposta fora enviada, anteriormente, por meio eletrônico,  
52 para todos os conselheiros para que pudessem fazer uma pré-análise e que, embasados  
53 nesse documento, trouxessem sugestões para seu aperfeiçoamento. O Ouvidor da  
54 SEPPIR, Dr. Carlos Moura, cumprimentou a todos os presentes, solicitou que todos se  
55 apresentassem – o que foi devidamente feito – e disse que a ideia da criação de  
56 Delegacias de Crimes Étnico-Raciais e Intolerâncias surgiu ante as demandas que  
57 chegam à Ouvidoria da SEPPIR, haja vista que há enorme dificuldade dos *não-brancos*  
58 defenderem os seus direitos e seu desejo de serem respeitados dignamente nas  
59 repartições públicas, de modo geral. As queixas mais usuais, que a Ouvidora recebe, são  
60 em relação à discriminação nos estabelecimentos policiais. Tendo em vista a ideia  
61 contemporânea dos Direitos Humanos, que está cada vez mais ampliada e buscando,  
62 direta ou indiretamente, grupos que sofrem discriminação, é que a SEPPIR está  
63 propondo a criação dessas Delegacias Especializadas, tendo um perfil educativo,  
64 preventivo e repressivo. Em sua estruturação, além dos profissionais de praxe, também,  
65 contará com profissionais especializados e capacitados – tais como: assistentes sociais,  
66 psicólogos, advogados, pedagogos –, que receberão orientação sobre a Lei 10.639 (que  
67 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da  
68 Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática *História e Cultura Afro-Brasileira*), que  
69 trarão um diferencial no combate à discriminação, ao preconceito, ao racismo e às mais  
70 variadas formas de intolerância; haja vista que, nessas delegacias, haverá um processo  
71 educativo e um processo preventivo, as diferenciando das demais. Esse projeto visa  
72 cumprir o que está na Constituição Federal, em seus artigos 3º “Constitui objetivos  
73 fundamentais – dentre outros –: IV – promover o bem de todos sem preconceito de  
74 origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, 4º “A  
75 República Federativa do Brasil rege, nas suas relações internacionais, seguir os  
76 princípios – entre outros –: a prevalência dos direitos humanos, repúdio ao terrorismo e  
77 ao racismo” e 5º “Todo são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza  
78 garantindo – entre outros direitos – o da dignidade e da segurança” e, em seus incisos  
79 XI.I e XI.II reza “a lei punirá qualquer discriminação atentatória aos direitos e  
80 liberdades fundamentais e determina que a prática de racismo constitui crime  
81 inafiançável”. Reforçou a ideia do projeto, tendo em vista que, quando ocorre uma  
82 queixa ou uma representação ou um boletim de ocorrência, numa delegacia de polícia,  
83 apresentado por um negro, em geral, não se prossegue no trâmite usual, morrendo a  
84 demanda na ocorrência; assim como acontecia com a mulher outrora e que foi preciso  
85 criar as delegacias da mulher para que houvesse, de fato, punição aos que cometiam  
86 crimes contra as mulheres. Para a implantação dessas delegacias especializadas, já  
87 ocorreu um reunião com o Secretário Executivo do Ministério da Justiça e a proposta  
88 foi bem aceita e o Ministro da Justiça deverá levá-la ao Fórum de Secretários de

ITEM - 4

89 Segurança Pública, que ocorrerá nos dias dois e três de abril, em Brasília/DF. Informou,  
90 também, que há duas delegacias mais ou menos nos moldes que eles desejam  
91 implementar: uma em São Paulo/SP e outra em Teresinha/PI, regiões onde a prática de  
92 discriminação, de racismo e de preconceito diminuiu bastante depois da criação delas. E  
93 reforçou o seu posicionamento que essas delegacias não farão uma apartação da  
94 sociedade, pelo contrário, servirão para unir: na medida em que o Estado assume  
95 posições que possam modificar situações de preconceito, de discriminação, de racismo,  
96 de alijamento de grupos sociais menos favorecidos, colabora para a construção de um  
97 País mais pacífico, para uma cultura de paz e superação das violências. A Conselheira  
98 Egbony d'Ogum (~~INTECAB~~) informou que, em São Paulo, algumas organizações  
99 religiosas – entre elas umbandista, candomblés, ciganos e palestinos – reuniram-se com  
100 o Secretário de Segurança e com o Secretário de Justiça levando demandas acerca da  
101 forma que os policiais abordam, principalmente, as pessoas de religiões de matriz  
102 africana quando estão fazendo suas oferendas. Dessa reunião, um dos encaminhamentos  
103 dados foi a elaboração de cartazes, ~~folders~~ e de uma cartilha explicativa, que seriam  
104 distribuídos para a população e para os policiais militares visando a diminuição de  
105 abordagens inadequadas. Acrescentou que ~~a~~ INTECAB estará, no mês de abril, com os  
106 PMs do Axé, no Rio de Janeiro, levando a mesma iniciativa. O Conselheiro Cláudio da  
107 Silva (~~BRHII~~) indagou sobre os recursos que serão utilizados na criação das delegacias  
108 especializadas e/ou na ampliação das já existentes e mostrou profunda preocupação  
109 quanto à capacitação ~~que os agentes públicos que trabalharão nelas terão~~. O Conselheiro  
110 Elayyan Aladdin (~~PPA~~) indagou se já existiria base legal para a criação dessas  
111 delegacias especializadas para que, em caso afirmativo, pudesse já fazer uma pressão  
112 política em cada estado para a sua implementação; se não, se ocorreria através de  
113 Projeto de Lei. O Ouvidor da SEPPIR, Dr. Carlos Moura, achou bastante interessante a  
114 ideia da cartilha exposta pela Conselheira Egbony d'Ogum (INTECAB) e solicitou que  
115 trouxesse um exemplar com o intuito de multiplicar essa ação. Respondendo às  
116 indagações, informou que, para a criação e implementação dessas delegacias  
117 especializadas, deverá haver uma Lei das Assembleias Legislativas – e mencionou que  
118 Decretos não seriam uma boa ideia, uma vez que podem ser revogados facilmente – e  
119 que cada estado criaria e implementaria essas delegacias com os recursos do  
120 PRONASCI, haja vista que a LDO e o PPA são feitos com bastante antecedência,  
121 portanto, não teria como alocar recursos deles, pois já estariam todos com destinação  
122 certa. E reforçou a importância das ideias vindas do Conselho para incrementação do  
123 projeto. A Conselheira Ana José Lopes (~~FNMM~~) mostrou sua preocupação,  
124 principalmente, quanto à mulher negra, que sofre discriminação e, nas delegacias, suas  
125 ocorrências são minoradas e indagou se isso seria corrigido com um curso de formação  
126 para os policiais que vão trabalhar nessas delegacias especializadas, com a inclusão das  
127 disciplinas *Direitos Humanos e Cultura Afro-Brasileira*, por exemplo. O Conselheiro  
128 Edson França (~~UNICRO~~) ressaltou a importância da criação dessas delegacias  
129 especializadas, tendo em vista que os negros, de uma maneira geral, são vitimados pela  
130 truculência dos policiais militares e pelo descaso da segurança pública – que, em sua  
131 opinião pessoal, estaria na mão de demagogos –; lembrou da importância de um debate  
132 amplo sobre a temática para que se possa inverter esse quadro com propostas, mas que  
133 elas não sejam em detrimento do universalismo, tão necessário também. E opinou que  
134 não deveriam parar, tão somente, nas delegacias especializadas, que deveriam debater e  
135 reformular a segurança pública de forma mais abrangente e isso incluiria, também, as  
136 políticas gerais. O Conselheiro Paulo Axé (~~RAN~~) relatou a experiência do Pará com a  
137 criação, em dois mil e um, do Conselho Municipal da Promoção da Igualdade Racial  
138 atendendo a uma demanda dos negros daquela sociedade e, com isso, surgiu, em dois

139 mil e três ou em dois mil e quatro, uma delegacia como a da proposta em questão e se  
140 disponibilizou a passar os contatos e, se houver, algum material. O Ouvidor da SEPPIR,  
141 Dr. Carlos Moura, informou que foi, juntamente com o Secretário-Adjunto da SEPPIR e  
142 com o Sub-Secretário de Planejamento, às duas delegacias já existentes dentro desses  
143 moldes ~~de São Paulo/SP e de Teresinha/PI~~, para conhecer e ver, de perto, como  
144 funcionam e que gostaria de conhecer a do Pará também. Continuou dizendo que,  
145 durante a semana, teve a oportunidade de participar de um debate com a Coordenadora  
146 da Conferência de Segurança Pública do Ministério da Justiça; e levantou a atenção para  
147 o recorte racial ~~e reforçou que~~ evidentemente, uma delegacia não resolveria a questão,  
148 mas que é necessário começar por algum lugar ~~e que~~ isso seria um esforço a mais dentro  
149 da transversalidade da SEPPIR na contribuição da eliminação da desigualdade. O  
150 Conselheiro Geraldo Vitor (~~SIDAMIN~~C) congratulou o Ouvidor da SEPPIR, Dr. Carlos  
151 Moura, pela criação dessas delegacias e as vê como uma ação estratégica, tal como foi a  
152 criação da delegacia das mulheres e antevê grandes dificuldades, ~~assim como da criação~~  
153 ~~daquelas~~. O Conselheiro Altair Lira (~~FENAFAL~~) expressou a sua preocupação em  
154 relação ao delegado de atendimento, uma vez que há troca de delegados e teme que um  
155 novo delegado não pudesse estar devidamente qualificado e capacitado. A Conselheira  
156 Cleide Hilda Souza (~~CONEN~~) questionou se seria papel da SEPPIR, através de sua  
157 Ouvindoria ou se seria mais apropriado que a criação e implementação dessas delegacias  
158 fossem discutidas quando se discutiu segurança pública na I Conferência, juntamente  
159 com a bandeira da PLANAPIR; demonstrou profunda preocupação com a criação de  
160 uma Lei, haja vista não terem um parlamentar no Congresso e que um se apropriaria da  
161 ideia como dele e que haveria, também, dificuldades na votação, pois, em sua opinião  
162 pessoal, o Estado é racista e, por isso, seria difícil a aprovação do projeto. E reclamou  
163 que, até o presente momento, não se sabe, ainda, o resultado da I Conferência: de seus  
164 encaminhamentos políticos, da parte de segurança pública, da questão da juventude, etc..  
165 Relatou uma carta, que foi remetida à Fundação Centro de Referência da Cultura Negra  
166 de Belo Horizonte, de uma professora negra que estava de kelé (noventa dias usando  
167 branco ininterruptamente), com ojá na cabeça e que se sentiu incomodada porque foi  
168 chamada pela Delegacia Regional de Educação, em Minas Gerais, ~~pois~~ a  
169 Superintendente achou que ela estava *incomodando* os alunos e os *influenciando*  
170 *religiosamente*; e eu havia trazido a carta com o intuito de encaminhar à Ouvindoria da  
171 SEPPIR e que deseja a solidariedade do CNPIR para encaminhar uma carta dos  
172 conselheiros a essa escola e a essa Superintendência de Educação falando do direito de  
173 ir e vir, do direito do credo religioso, ~~pois ambos estão previstos na Carta Magna~~. O  
174 Conselheiro Edson França (~~UNEGRO~~) indagou porque não se muda o sistema de  
175 formação dos policiais ao invés de capacitar, tão somente, um grupo, pois, em sua  
176 opinião pessoal, seria mais eficaz, uma vez que educaria a polícia como um todo.  
177 Acrescentou que não adianta somente ficar nas proposições, que há a necessidade que as  
178 coisas aconteçam de fato. E terminou a sua fala reforçando que não se pode fugir do  
179 universalismo, mas que compreende que ele não resolve o problema racial, havendo  
180 necessidade, portanto, de ações afirmativas e congêneres. O Ouvidor da SEPPIR, Dr.  
181 Carlos Moura, concordou com alguns posicionamentos da Conselheira Cleide Hilda  
182 Souza (~~CONEN~~) e do Conselheiro Edson França (~~UNEGRO~~). Reforçou que a sua  
183 missão era trazer para discussão a viabilidade ou não da proposta de criação de  
184 Delegacias Especializadas em Crimes Étnico-Raciais e Intolerâncias Correlatas e que,  
185 caso o Conselho entendesse que se faz necessária uma discussão mais ampla sobre  
186 segurança pública, ele somente poderia levar essa decisão ao Ministro da SEPPIR,  
187 Edson Santos. Discordou do Conselheiro Edson França (~~UNEGRO~~) quanto a acrescer  
188 matérias nas academias de polícias (tanto civil, como militar), uma vez que tal ação já

189 fora tentada antes e que fracassara, portanto, seria muito mais fácil e eficaz formar os  
190 policiais dessas delegacias especializadas, começando por células, mas com um efeito  
191 multiplicador o que, talvez, incrementaria sua eficácia. E finalizou reforçando que  
192 experiências novas devem ser tentadas, haja vista que as antigas não estão dando  
193 resultado ou não estão atendendo à expectativa e, por isso, a necessidade de inovação. A  
194 Secretaria Executiva da SEPPIR, Oraida Abreu, agradeceu a contribuição do Ouvidor  
195 da SEPPIR, Dr. Carlos Moura, e reforçou que se trata de uma proposta embrionária e  
196 está aberta a sugestões e a contribuições e acredita que o Conselho poderá contribuir na  
197 construção e formatação dessa ideia. Acrescentou que acompanhou a discussão de  
198 mulheres com relação à Conferência de Segurança Pública e que acredita que o  
199 Conselho possa fazer algum encaminhamento na perspectiva da inserção do recorte  
200 racial nela. A Secretaria Executiva da SEPPIR, Oraida Abreu, consultando o Conselho,  
201 informou que a decisão, em relação à carta da professora negra trazida pela Conselheira  
202 Cleide Hilda Souza (CONEN), foi de levar à Ouvidoria para que ela possa se posicionar  
203 formalmente sobre o caso e, também, decidir que encaminhamento o Conselho dará. O  
204 Ouvidor da SEPPIR, Dr. Carlos Moura, informou que, quando se recebe as denúncias  
205 na Ouvidoria, é formado um processo e encaminhado para o Ministério Público,  
206 Prefeitura, Governo de estado e, tendo em vista essa tramitação, solicitou que houvesse  
207 um encaminhamento formal, tanto nesse caso, como nos futuros e forneceu seu e-mail  
208 para o recebimento das denúncias: carlos.moura@planalto.gov.br. A Secretaria  
209 Executiva da SEPPIR, Oraida Abreu, informou que quaisquer carta ou denúncia ou  
210 comunicação passam a ser oficiais e formais quando encaminhada pelo Conselho e que  
211 iria, depois, encaminhar um memorando, mas que, desde já, entregaria a ele a carta e  
212 finalizou as atividades da manhã às treze horas. Os trabalhos, à tarde, foram retomados  
213 às quatorze horas. **Informes – Revisão de Durban:** A Secretaria Executiva da SEPPIR, **ITEM 5**  
214 Oraida Abreu, informou que está acontecendo, concomitantemente com a reunião da  
215 CNPIR, no MRE, a revisão de Durban e que, na parte da tarde, terminaria de ser  
216 elaborado um documento, fruto dessa revisão. **Substituição de Conselheiro:** O  
217 Ministério do Planejamento, através do Ofício número oitenta e oito, substituiu a  
218 representação da Conselheira Débora Nogueira pela da Conselheira Andréa Magnavita.  
219 **Hino à Negritude:** O convidado, Professor Eduardo Oliveira (ex-CNPIR), disse estar  
220 muito feliz por ver que ideias e matizes, que surgiram quando da formação da CNPIR,  
221 têm enriquecido outras cabeças, representações e entidades, tendo, cada qual, propostas  
222 específicas voltadas ao interesse da promoção da igualdade racial de forma efetiva e  
223 convidou a todos a cantar o *Hino à Negritude* e informou que o Congresso Nacional, na  
224 Comissão de Justiça e Cidadania, aprovou a oficialização, a nível nacional, do *Hino à  
225 Negritude* e que, agora, aguardam a sanção Presidencial. O Hino foi regravado,  
226 recentemente, pela Prefeitura de São Paulo e o Projeto de Lei é de autoria do Deputado  
227 Federal Vicentinho. **Visita ao Haiti:** O Conselheiro Cláudio da Silva (BFHH) distribuiu  
228 o material que trouxe do Haiti: uma prestação de contas e a declaração final de uma  
229 conferência ocorrida lá – tema que, provavelmente, entrará na pauta da próxima reunião  
230 do CNPIR – para que os conselheiros já se informem e estejam devidamente  
231 subsidiados para o futuro debate sobre a temática; e informou ter sido enviado por seu  
232 Partido, devido à sua função e que gostaria de compartilhar a experiência vivida.  
233 **II CONAPIR – Trabalhos da Comissão Organizadora:** A Secretaria Executiva da  
234 SEPPIR, Oraida Abreu, informou que a comissão organizadora esteve reunida durante a  
235 semana e convidou aos participantes para passar as devidas informações e convidou o  
236 Secretário-Adjunto da SEPPIR, Elói de Araújo, para coordenar a apresentação dos  
237 trabalhos dessa comissão. **Apresentação:** O Secretário-Adjunto da SEPPIR, Elói de  
238 Araújo, fez uma breve apresentação do que os orientaria na II CONAPIR, cujo tema é

Dani / 91170459 / Vallinis

239 *Os Avanços e Desafios e Perspectiva da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial* e a referência dessa temática é o PLANAPIR (Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial): que é discutido desde dois mil e cinco, quando foi para o GT de elaboração, mas, como houve várias dificuldades no diálogo de consolidar as políticas constantes no Plano Nacional com o Plano Plurianual, assim como com os programas e metas que estão sendo desenvolvidos pelos órgãos que integram o GT, para poder concluir o Plano Nacional: fruto de todas as reflexões que foram feitas na I CONAPIR. Acresceu que foi um trabalho bastante árduo; mas que, nesta semana, se conseguiu concluir o diálogo com todos os órgãos; e, agora, reúne-se e discute-se na Casa Civil, tendo em vista ultimar as providências, para que o material esteja, o mais rapidamente possível, disponibilizado para que todos tomem conhecimento de como as políticas de promoção da igualdade racial estão transversalmente implementadas e executadas no atual Governo. Ressaltou, também, que a forma como essas políticas de promoção da igualdade racial vêm sendo executadas são um compromisso do Estado brasileiro e que são bastante avançadas. A Comissão Organizadora: É composta por sete componentes da SEPPIR e sete representantes do CNPIR (sociedade civil) e presidida pelo Ministro Edson Santos. Buscou-se assegurar um modelo que incentive a pluralidade e a democracia na realização da Conferência. Regulamento: O Secretário-Adjunto, Elói de Araújo, informou que todos os conselheiros do CNPIR já possuíam o regimento da Conferência e disponibilizou mais cópias para quem desejasse levar o material para divulgação, haja vista que a Comunicação não economizou na quantidade porque ele orienta a todos no processo de discurso, de diálogo e de como a II CONAPIR será regida. O regulamento, que foi concluído no dia anterior, trata de questões de credenciamentos, de painéis simultâneos, dos grupos de trabalho e de toda a vida e regularidade da Conferência. Que se tratava de um texto preliminar e que estava aberto a melhoramentos e o leu: "REGULAMENTO DA II CONFERÊNCIA NACIONAL".  
Capítulo I – DA FINALIDADE. Art. 1º. Este regulamento institui as normas da II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial doravante denominada II CONAPIR, convocada por Decreto Presidencial de 19 de outubro de 2007. Parágrafo único. A II CONAPIR será realizada, em Brasília, sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República e do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, no período de 25 a 28 de junho de 2009. Capítulo II – DA ORGANIZAÇÃO E DA PLENÁRIA. Art. 2º. A II CONAPIR terá a seguinte estrutura organizacional: I – solenidade de abertura; II – painéis simultâneos; III – grupos de trabalho; IV – plenárias. Art. 3º. A plenária de abertura dos trabalhos terá a incumbência de aprovar o regimento da II CONAPIR. Art. 4º. Participarão das plenárias: I – os(as) Delegado(as) com direito a voz e voto; II – os convidados(as), quando convocados pela Comissão Organizadora Nacional. Art. 4º. Os painéis simultâneos serão compostos por Ministros de Estado, Parlamentares, especialistas ou representantes da sociedade civil que debaterão os eixos temáticos da II CONAPIR. Art. 5º. Os Grupos de Trabalho se reunirão para identificar e propor diretrizes com vistas à elaboração do Plano Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial a partir dos eixos temáticos: educação, saúde, trabalho, segurança, terra e internacional. Art. 6º. A Plenária final tem como objetivo a apresentação, debate e votação das propostas de diretrizes já apreciadas pelos Grupos de Trabalho e, posteriormente, as moções. Parágrafo único. Serão aprovadas as moções que obtiverem a minoria simples dos votos, inferidos por contraste visual. Art. 7º. No caso de haver propostas divergentes, será concedida a palavra ao Delegado que se apresentar para defendê-la e, igualmente, ao Delegado que manifestar posição contrária. Parágrafo único. O tempo para cada intervenção será de 3 minutos.

Servys She ssa renko  
PTIM  
Nayash

289 Art. 8º. Após a discussão, serão submetidos à votação no Plenário e serão  
290 consideradas aprovadas, as propostas que obtiverem a aprovação de maioria simples.  
291 Art. 9º. As moções serão exclusivamente apresentadas por delegados ou delegadas  
292 devendo ser, necessariamente, de âmbito ou repercussão nacional, encaminhadas por  
293 escrito, em formulário próprio, distribuído pela Comissão Organizadora Nacional e  
294 entregues à Secretaria da II CONAPIR até as 20 horas do dia 27 de junho de 2009.  
295 § 1º. Cada moção deverá ser assinada por, no mínimo, 20% dos delegados. § 2º. As  
296 mesas dos painéis serão indicadas pela Comissão Organizadora Nacional. § 3º. As  
297 mesas organizadoras dos Grupos de Trabalho serão compostas por um coordenador  
298 indicado pela Comissão Organizadora Nacional, que procederá a eleição dos demais  
299 membros da mesa. § 4º. Após as exposições, a coordenação da mesa procederá ao  
300 sorteio de 10 delegados que farão uso da palavra. § 5º. A mesa coordenadora dos  
301 painéis receberá, até o término da primeira fala dos delegados sorteados, as perguntas  
302 encaminhadas, por escrito e em formulários próprios distribuídos pela organização.  
303 § 6º. As propostas discutidas nos Grupos, depois de sistematizadas, deverão ser  
304 entregues à Subcomissão de Temática de Relatoria até as 20 horas do dia 27 de junho  
305 de 2009. § 7º. As declarações de voto só poderão ser solicitadas antes da votação da  
306 matéria, por escrito e em formulários próprios distribuídos pela organização dos  
307 trabalhos. § 8º. As questões de ordem não serão admitidas durante a votação. Capítulo  
308 III – DO CREDENCIAMENTO. Art. 10. O credenciamento ocorrerá em sistema  
309 informatizado com todos os nomes dos delegados e delegadas e suplentes, fornecido  
310 pelo estado e pela Plenária Nacional em conformidade com o Art. 23, § 1º, do  
311 Regimento da II CONAPIR, conforme ficha de inscrição conhecida previamente pela  
312 comissão organizadora. § 1º. O(a) delegado(a) deverá apresentar documento de  
313 identificação com fotografia no ato de credenciamento. § 2º. O credenciamento de  
314 delegados ocorrerá no dia 25 de junho de 2009, com início às 09 horas e encerramento  
315 às 19 horas; das 15 horas às 17 horas do mesmo dia serão credenciados os suplentes  
316 em substituição aos delegados titulares e impossibilitados de comparecer. § 3º. No ato  
317 do credenciamento, o suplente deve apresentar carta de substituição assinada pelo  
318 Coordenador da Conferência Estadual ou pelo delegado impossibilitado de comparecer.  
319 § 4º. Cabe ao delegado(a) a responsabilidade pela guarda do material contido nas  
320 pastas e não haverá reposição de crachás, cartão de votação e tickets de refeição em  
321 caso de extravio. Capítulo IV – DA METODOLOGIA. Art. 11. O relatório a ser  
322 apreciado pela Plenária Final da II CONAPIR terá como base: I – a disponibilização  
323 de documento base e temário para as conferências estaduais; II – o recebimento dos  
324 relatórios dos estados e das plenárias nacionais de comunidades tradicionais; III – a  
325 organização das propostas por tema e origem; IV – a organização da reunião entre a  
326 equipe da subcomissão temática de relatoria e dois representantes de cada estado,  
327 coordenador e relator das conferências estaduais, para organizar a redação coletiva  
328 do relatório final a ser encaminhado para os Grupos de Trabalho da Conferência  
329 Nacional; V – as plenárias nacionais de comunidades tradicionais encaminharão  
330 relatórios que serão incorporados ao documento final a ser encaminhado para os  
331 Grupos; VI – a apresentação do documento final, à Conferência, para subsidiar as  
332 contribuições nos Grupos de Trabalho; VII – o relatório consolidado será objeto de  
333 emendas aditivas, modificativas e supressivas nos Grupos de Trabalho; VIII – para  
334 serem apreciadas na Plenária Final, essas emendas deverão obter 30% dos votos dos  
335 presentes no Grupo. Capítulo V – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS. Art. 12. Serão  
336 fornecidos certificados e/ou declarações de participação na II CONAPIR a todos  
337 delegados(as), convidados(as), expositores(as), relatores(as). Art. 13. As dúvidas ou  
338 omissões, deste regulamento, serão dirimidas pela Comissão Organizadora Nacional”.

A Secretaria Executiva da SEPPIR, Oraida Abreu, informou que o regulamento, com as devidas alterações sugeridas e aprovadas, será encaminhado, *a posteriori*, por meio eletrônico, tendo todo mundo, acesso a ele em tempo recorde. O Conselheiro Edson França (UNEGRO) reforçou a importância de ter em mãos, antecipadamente, o material e os documentos a serem discutidos tanto na Conferência, quanto nas reuniões do CNPIR para que se possa contribuir de forma efetiva, sendo que se tornariam mais dinâmicas e produtivas; lembrou que os conselheiros respondem pelas decisões em seus respectivos estados e que teme o esvaziamento das contribuições do Conselho na II CONAPIR. E sugeriu a possibilidade de se descentralizar, já que a Comissão Organizadora está trabalhando mais a organização da Conferência Nacional, para que possam contribuir mais nos estados, não somente nos estados que residem, mas nos vizinhos também. Credenciamento: Foi amplamente debatida a questão da ficha de inscrição e chegou-se à conclusão que ela deveria ser bastante extensa, tendo em vista buscar o maior número de informações sobre os delegados para que, futuramente, se trace o perfil do movimento. Nessa ficha, constarão dados como nome, idade, identidade, CPF, escolaridade, sexo, telefones, e-mails, endereço para correspondência, etnia e cor, representação, credo religioso, necessidade especial ou não e se tem alguma patologia – se toma algum remédio, se tem algum problema atual de saúde, tendo em vista um atendimento mais rápido e eficaz caso um participante passe mal –. Sobre o credo religioso, a Conselheira Iêda de Souza (CPT) abriu um adendo informando que nunca encontra opção relacionada a matrizes africanas, e que sempre abre um parêntesis para se identificar, uma vez que não existiria a religião *outros*. Ainda sobre a questão da patologia na ficha de inscrição, o Conselheiro Pe. Ari Antônio dos Reis (CNBB) ressaltou a importância desse dado, pois uma pessoa pode desmaiar, por exemplo, e, embasados na ficha, sabem o problema: se é hipertenso, se tem problemas cardíacos ou respiratórios, se toma alguma medicação, se tem alergia, etc., facilitando o pronto-atendimento num evento dessa magnitude. A Conselheira Iêda de Souza (CPT) sugeriu que as patologias estivessem descriminadas para que o participante apenas marcasse o “x”. A Secretaria Executiva da SEPPIR, Oraida Abreu, informou que o campo já está com “sim” e “não” e “descreva”, o que englobaria todas as doenças, tendo em vista que eles não teriam como elencar todas as possíveis patologias. A Conselheira Valkíria Silva – Kika (CONEN) solicitou que as propostas fossem passadas para que fossem analisadas sendo que, se melhorarem a proposta original, seriam alterados. E surgiram propostas de se colocar nos campos “doenças: diabetes, anemia falciforme, doença mental, hipertensão, cardíaca, outra, qual?” e “deficiência: surdez, mudez, visual, motora, cadeirante, outra, qual?”. O Conselheiro Altair Lira (FENAFAL) ressaltou que não basta, tão somente, listar as patologias; mas que há necessidade de se disponibilizar atendimento: como garantir a presença do SAMU e toda uma estratégia atrás para um rápido atendimento no Hospital de Base, também, uma vez que, em outras conferências, tiveram problemas nessa área, pois não havia uma estrutura de pronto-atendimento. Ainda sobre o tema necessidade especial, a Sra. Sandra Cabral ressaltou a importância da data-limite para entrega das inscrições, até o dia trinta de maio, para que se possa analisar as fichas e providenciar tradução do material para o braile e um intérprete de libras para o dia da Conferência. Sobre a questão da etnia e cor, a Conselheira Mariana Fernandes (MDS) ressaltou a importância de ressaltar a *etnia*, haja vista que os indígenas e os ciganos têm várias etnias e que, inclusive, há um esforço para que o IBGE acresça *etnia* nos censos oficiais. A Conselheira Valkíria Silva – Kika (CONEN) informou que esse foi um ponto bastante controverso na comissão, uma vez que os negros não sabem mais a qual etnia pertencem, por isso o campo ser *etnia/cor*. Organização: A Conselheira Egemony d’Ogum (INTECAB) mostrou preocupação com a

389 organização de um evento desse porte, haja vista que, no papel, é uma coisa, mas,  
390 coordenar mais de mil pessoas, com alimentação, ticket refeição, etc., era em demasiaido  
391 complicado e que gostaria de saber como se poderia *suavizar* possíveis problemas.  
392 Comunicação: O Secretário-Adjunto da SEPPIR, Elói de Araújo, informou que há a  
393 previsão de criação de um *site* exclusivo sobre a Conferência, onde os estados poderão  
394 acompanhar a evolução da preparação dos relatórios das Conferências Estaduais.  
395 Reforçou que o Plano de Comunicação pretende ser um instrumento de diálogo nesse  
396 interstício da organização da Conferência. Acrescentou que será disponibilizado *spot*  
397 para veiculação gratuita em rádio e em TV e, ainda estão trabalhando a ideia de se  
398 disponibilizar uma *TV Web* com *links* de transmissão ao vivo da Conferência. E  
399 acresceu que há a sugestão de construção de espaços na mídia alternativa para serem  
400 trabalhados, tais como rádios e jornais comunitários e *sites* especializados na temática  
401 do negro para dar maior publicidade aos documentos e conteúdos da organização da  
402 Conferência. Ainda não foi produzida a identidade visual final (que está a cargo da  
403 SECOM), mas a ideia é abordar temas relativos ao universo do público da SEPPIR.  
404 Ainda serão confeccionadas pastas, crachá e material dentro das possibilidades de  
405 exequibilidade, dado o curto espaço de tempo que se dispõe. A Sra. Manoela informou  
406 que o *site* exclusivo ainda não está pronto, mas que já há um *bunner* para internet com  
407 uma identidade visual provisória disponibilizada e que as informações, também, serão  
408 colocadas na parte de *notícias* do *site* da SEPPIR. Conferências Estaduais: A Sra.  
409 Sandra Cabral informou que todas as Conferências Estaduais estão marcadas para final  
410 de abril até meados de maio, com exceção dos estados do Amazonas e do Paraná, que  
411 ainda não informaram as datas. Está sendo solicitado, a todas as Prefeituras e Governos,  
412 que informem quem é a comissão, quem é a coordenação e a data de sua realização e  
413 que, no comunicado passado a esses órgãos, também, conste a sugestão de fazer  
414 lançamentos locais, audiências públicas convidando a sociedade civil, o parlamento para  
415 estimular a participação. E informou que foi decidido que todos os membros do CNPIR  
416 deveriam ter disponibilidade para ir, pelo menos, duas vezes a cada estado para  
417 participarem das três reuniões preparatórias das Conferências Estaduais, para uma maior  
418 e ativa colaboração com a realização dos eventos. Nessas reuniões prévias, levar-se-á as  
419 seguintes sínteses para serem debatidas: do PLANAPIR, do caderno de subsídios e do  
420 caderno do regulamento; que os membros da CNPIR deverão acompanhar a  
421 Conferência Nacional estando, pelo menos, com dois dias de antecedência em  
422 ~~Brasília~~/DF, para ajudar no ajuste dos detalhes finais e sanar eventuais imprevistos que  
423 possam surgir. E ressaltou que as passagens, diárias, etc. serão devidamente pagas aos  
424 Conselheiros, tanto nas Conferências Estaduais, como na Nacional. O quadro geral de  
425 datas será encaminhado, aos conselheiros, via *e-mail* para que possam se coordenar e se  
426 programar. Convocados: O Conselheiro Edson França (UNEGRO) levantou a questão  
427 dos convidados: às vezes, no processo de construção da Conferência, sempre tem uma  
428 pessoa importante que não consegue sair como delegada, uma vez que a quantidade é  
429 limitada, mas que gostaria de contar com a presença de algumas pessoas que julguem  
430 ter um diferencial na luta racial. E questionou como seria feita a divisão de convidados,  
431 tendo em vista que, na I Conferência, a SEPPIR ficou com uma percentagem de  
432 convidados e passou outra para ser distribuída pelas entidades no Conselho. Canal de  
433 comunicação: O Secretário-Adjunto da SEPPIR, Elói de Araújo, informou que estará à  
434 disposição no SEPPIR, o Sr. Marco Antônio no telefone (61) 3411-4975 e no e-mail:  
435 seppir.conapir2009@planalto.gov.br para buscar responder às dúvidas suscitadas e  
436 atender a todas as demandas. **Definição do Calendário para 2009** – A Secretaria  
437 Executiva da SEPPIR, Oraida Abreu, retomou a discussão, da reunião passada, sobre a  
438 definição de calendário das reuniões ordinárias da CNPIR. E reforçou que a decisão que

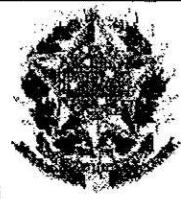
ITEM 7

439 fora acatada na Plenária é que se reuniriam, a cada dois meses, na segunda semana de  
440 cada mês, às terças e às quartas-feiras e que as datas seriam encaminhada por meio  
441 eletrônico *a posteriori*. **Estatuto da Igualdade Racial** – O Assessor Parlamentar  
442 Benedito Cintra ~~proferiu as seguintes palavras na Plenária do CNPPIR a respeito do~~  
443 Estatuto da Igualdade Racial e outros projetos: “Caros conselheiros e caras conselheiras  
444 e cooperantes. No ano passado, na última reunião do Conselho, havida em 2008, nós  
445 fizemos, aqui, uma exposição da tramitação das propostas que tramitam na Câmara e no  
446 Senado, principalmente, o Estatuto da Igualdade Racial. De lá pra cá, já obtivemos  
447 algumas vitórias, ou seja, a Câmara dos Deputados houve por bem aprovar o projeto de  
448 cotas e o remeteu ao Senado, a discussão interna do Estatuto. No âmbito do Governo,  
449 também, teve um avanço, pequeno, mas teve. O Estatuto já se encontra em vias de  
450 discussão final na Comissão Especial instituída na Câmara. E a Câmara dos Deputados,  
451 também, aprovou Projeto de Lei, que veio do Senado, que institui o Dia Nacional da  
452 Consciência Negra e declara feriado no dia 20 de novembro. Só para recordar algumas  
453 questões daquela reunião: existe, no Congresso Nacional, na Câmara e no Senado, mais  
454 de 40 proposições que dizem respeito à questão racial vinculada à população negra;  
455 dessas proposições, as principais são essas que constituíram bandeiras do movimento  
456 negro nesse último período – a gente pode dizer nesses últimos 20 ou 21 anos –; por  
457 isso acho que nós temos experimentado um avanço – a própria criação da SEPPIR é um  
458 avanço nesse processo – e o histórico dos projetos, em que pese o tempo de tramitação  
459 no Congresso, também, tem um referencial nosso, lento, mas são passos significativos.  
460 O Projeto de Lei de Cotas é oriundo da mesma época do Estatuto. O Estatuto, enquanto  
461 um conjunto de proposições agrupadas, surge com a discussão do Senador Abdias do  
462 Nascimento, na década de 90, e ele continua na Câmara através do projeto do Deputado  
463 Luís Salomão, do Rio de Janeiro e nós poderemos considerar aquele tempo do chamado  
464 pró-estatuto; ali, as duas iniciativas colocavam um conjunto de proposições tendentes a  
465 combater a discriminação racial na educação, na administração pública, no mercado de  
466 trabalho (...). Isso foi em 1999. O Estatuto passou por várias iniciativas, entre as quais,  
467 a primeira, no Senado, foi do Senador Sarney, ainda em 99; mais tarde, foi cedido esse  
468 protagonismo ao Senador José Paulo Paim. O Senador Paulo Paim (na época, era  
469 Deputado), foi eleito para o Senado, apresentou a mesma iniciativa lá, foi aprovado em  
470 2005 e se encontra, desde então, na Câmara com os Deputados. A Câmara instituiu uma  
471 Comissão Especial: ela conta com o Deputado Carlos Santana, do PT do Rio de Janeiro,  
472 membro da Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial; e o relator é o Deputado  
473 do PV de Minas Gerais, Antônio Roberto. Do ano passado para cá, a relação da SEPPIR  
474 com a Comissão tem sido intensa e com os Ministérios, também, de modo que nós  
475 chegamos a quase que um acordo sobre o texto final do Estatuto que os Deputados e as  
476 áreas do Governo que entende que é o texto mais conveniente para aprovação e, daqui  
477 até semana que vem, estamos nas tratativas finais para buscar, consensual, também, esse  
478 texto final na Câmara e submeter à votação. O Estatuto está nesse pé. Sendo aprovado  
479 na Comissão, o que ocorre pelo Regimento da Câmara, quando a Câmara instituiu uma  
480 Comissão como essa, ela tem os poderes idênticos ao do Plenário, ou seja, ela é  
481 determinativa; então, se o Estatuto for aprovado na Comissão, está aprovado na Câmara.  
482 Há uma hipótese em que ele vai para o Plenário: se mais de 10% dos Deputados,  
483 houverem, por bem, julgar que não concordam com a decisão da Comissão, eles fazem,  
484 formalmente, um requerimento e solicitam que ele vá para discussão do Plenário. Nesse  
485 período, o Ministro teve contato com o Presidente da Câmara – o atual Presidente, antes  
486 de assumir –, assumiu com a bancada do PT e outras bancadas que haviam manifestado  
487 apoio e também, com os parlamentares negros, a decisão de ajudar na tramitação da  
488 aprovação do Projeto. Então, temos o compromisso do Presidente da Câmara. Nós

*DTEN 8*

489 tivemos, também, contato com o Presidente do Senado, o Senador José Sarney e  
490 tivemos uma boa recepção: com certo entusiasmo com a aprovação, já que ele,  
491 historicamente, é o primeiro proponente de uma iniciativa conhecida como *Estatuto da*  
492 *Igualdade Racial*. Não era exatamente nesses termos, porque as coisas evoluíram e ele  
493 passou esse protagonismo para o Senador José Paim. Nós temos ~~dois~~ dois Presidentes  
494 das Casas, o compromisso de não só serem favoráveis ao Estatuto, como ajudarem na  
495 sua tramitação e aprovação. O que havíamos colocado na reunião passada, era que o  
496 Conselho instituísse uma comissão ou uma forma de acompanhar a tramitação e, ao  
497 mesmo tempo em que, ao voltarem para os seus estados, para suas entidades, os  
498 conselheiros pudessem criar os meios de mobilizar as lideranças para pressionar o  
499 Congresso. Estou colocando isso porque, com o fruto dessa pressão, conseguimos  
500 aprovar o projeto de cotas na Câmara e ele está indo para o Senado – estava passando  
501 por um processo final de redação e já está no Senado – No Senado, o projeto de cotas  
502 enfrenta a resistência de setores de oposição ao Governo e que, hoje, ocupam postos  
503 chaves. Devo dizer a vocês o seguinte: o projeto começou em 99, também, e está como  
504 o Estatuto e com a Deputada Nice Lobão, do Maranhão. Em 2004, o Governo envia  
505 para a Câmara, também, o projeto, dando uma emenda ao processo, ou seja, as cotas  
506 têm que ser raciais – que, antes, eram sociais – o projeto de cotas; que foi aprovado na  
507 Câmara, ele contempla as duas coisas: cotas raciais e cotas sociais. Ao chegar no  
508 Senado, o Senador – que, hoje, preside a Comissão de Constituição e Justiça –  
509 Demóstenes Torres (e é contrário ao projeto) e, nessa semana, se manifestou pelos  
510 meios de comunicação dizendo o seguinte: “*projeto, na sua versão racial, pela minha*  
511 *ação, não passa no Senado*” e, para isso, ele conta, também, com os meios de  
512 comunicação: é o que está ocorrendo: há uma montante de campanha tendente a barrar  
513 as conquistas do movimento negro nas proposições que têm essa vertente racial. Ano  
514 passado, teve uma audiência pública, convocada no Senado e essa audiência começou a  
515 discutir o projeto de cotas na Comissão de Constituição e Justiça. O Senador  
516 Demóstenes Torres (que é contrário ao projeto) está convocando uma audiência pública  
517 para o dia 18, às 10 horas. Era bom o pessoal estar pronto ou, quem puder, acompanhar  
518 pela televisão, quem puder mobilizar, ou seja, estando aqui ou mobilizando pelos meios  
519 de que dispõe, porque essa audiência pública, na Comissão de Constituição e Justiça,  
520 deve ser a última ~~e~~, devido a essa posição adotada pelo Senador Demóstenes Torres. O  
521 Senador está chamando, para essa audiência pública, uma intelectualidade com  
522 expressão, com peso e com espaço, no sentido de bombardear, na Comissão, o projeto  
523 de cotas. Ele está chamando o Bolívar Lamounier, o Demetrio Maioli (que vocês já  
524 conhecem), o sociólogo, colunista e articulista de O Globo; enfim, só para terem ideia  
525 do que ele está pretendendo. Claro que vai ter, também, companheiros nossos que vão  
526 ser favoráveis; mas a tendência do Senador é privilegiar uma audiência pública que faça  
527 instrução do projeto no seu sentido contrário. O projeto de cotas, então, sendo aprovado  
528 ou não na Comissão de Constituição e Justiça, se for aprovado, bem; se não for  
529 aprovado, esse parecer irá ao Plenário para deliberação, mas ele passará, ainda, por duas  
530 comissões: passará pela Comissão de Direitos Humanos – cujo presidente era o Senador  
531 Paim –, até fevereiro; e, agora, é o Senador Cristóvam Buarque, do PDT do DF e,  
532 depois, passará pela Comissão de Educação – que é presidida pelo Senador Flávio Arns,  
533 do PT do Paraná – e a essa Comissão é de mérito nessa questão, portanto, em termos de  
534 regimento, ela tem um peso igual à de Direitos Humanos; mas, relativamente, ela tem  
535 protagonismo, ela é a comissão de mérito acerca do projeto. Então, a batalha no Senado  
536 não é fácil. Além disso, a Câmara aprovou dois projetos que vieram do Senado: o  
537 projeto da Senadora Serys Slhessarenko, do Mato Grosso, que instituía o Dia Nacional  
538 da Consciência Negra, dia 20 de novembro, e o projeto do Senador Paulo Paim, que

539 instituía o feriado. A Câmara houve por bem juntar os dois projetos e aprovou os dois e  
540 institui o *Dia Nacional da Consciência Negra* e declara o dia 20 de novembro como  
541 feriado. Isso já foi aprovado na Câmara e segue, também, para o Senado. Então,  
542 praticamente, a batalha legislativa, hoje, se dá no Senado Federal. O Senado não tem  
543 sido um palco de decisões aliadas ao Governo Lula; quer dizer, ali a briga não tem sido  
544 fácil. Mas, contradiatoriamente, na questão racial, o Senado tem tido posições  
545 importantes: tem saído iniciativas importantes e muitos Senadores têm sido abertos.  
546 Cabe a nós, do movimento social negro, essa tarefa de sensibilizar, esclarecer,  
547 convencer e pressionar. Quer dizer, com toda a pressão da mídia – e, a mídia, podemos  
548 citar as revistas, os jornais, a televisão, dos meios acadêmicos conservadores,  
549 acadêmicos e jurídicos – e que, enquanto houver essa inércia da discussão do racismo,  
550 não se há uma posição e, portanto, favorece os *ativistas da não-aprovação* dessas  
551 medidas. A gente tem avançado e, para avançar e para consolidar essas conquistas, é  
552 necessário mobilização. Na outra vez que estivemos, aqui, nós colocamos esse problema  
553 das alianças, ou seja, é preciso buscar os aliados, esses reitores das universidades, das  
554 instituições que já adotam os sistemas de cotas, eles têm que ser mobilizados. Quem é  
555 que mobiliza esse pessoal? Os intelectuais que assinaram aquele manifesto do pró-cotas,  
556 eles têm que ser mobilizados, as entidades têm que ser mobilizadas, as entidades sociais  
557 com fins sociais e democráticos têm que ser mobilizadas. O movimento negro, agora,  
558 nessa etapa, protagoniza essa luta? Então, a decorrência disso pode ser alguma coisa  
559 como a Lei Áurea que só abordava o regime de escravidão, mas que manteve as  
560 condições sociais de servidão ou, digamos assim, não se avançou. Eu estou colocando  
561 isso pelo seguinte: nós discutimos, com os Presidentes da Câmara e do Senado, a  
562 oportunidade de aprovação desses projetos. Em 2009 e 2010, nós temos eleição; além  
563 disso, estamos vivendo um período de uma crise econômico-financeira mundial de  
564 profundidade conhecida, mas a extensão ainda não, que podem trazer novos elementos  
565 para a realidade brasileira além dos já conhecidos. Então, se nós não buscarmos aprovar  
566 essas iniciativas nesse semestre, vai ficando difícil, do segundo para frente, aprovar.  
567 Por que isso? Porque num País desse tamanho e, também, se fosse um país pequeno,  
568 eleição para Presidente não se realiza na véspera: esse debate já está aí, está o Serra, está  
569 a Dilma e tem outros pretendentes já, também, em campanha; a pauta eleitoral, a pauta  
570 da disputa já começa a tomar corpo e contaminar qualquer tipo de ação e, como são  
571 projetos de iniciativas públicas, caso não haja uma decisão nesse tempo em que se  
572 apresenta como um tempo de oportunidades, nós passaremos o Governo Lula sem que  
573 essa situação esteja resolvida. Depois de 2011, a gente não pode saber o que ocorre,  
574 tanto elegendo alguém da oposição quanto elegendo alguém apoiado pelo Presidente da  
575 República e a cara do Brasil, a política do Brasil será outra. Então, são alguns  
576 elementos para a gente refletir e esclarecer, mas o que eu quis colocar mais foi o  
577 problema da mobilização em função da etapa de discussão e de votação em que se  
578 encontram esses projetos na Câmara". **Encaminhamentos Gerais** – A Secretaria  
579 Executiva da SEPPIR, Oraida Abreu, informou que o Ministro Edson Santos, ontem,  
580 comemorou o aniversário da SEPPIR e vão ser assinados alguns atos em parceria com  
581 outros Ministérios: PLANSEQ e outras ações que a SEPPIR tem parceria, e será no  
582 sábado, dia 25 e convidou a todos os conselheiros. Entregou aos conselheiros, o  
583 material que o Sub-Secretário Geral, Giovanni Harvey deixara, que é uma pendência da  
584 reunião anterior: ele tinha se comprometido a fazer o levantamento, até trinta e um de  
585 dezembro, das ações que estavam em outros Ministérios. **Encerramento** – Nada mais  
586 havendo a tratar, a Secretaria Executiva da SEPPIR, Oraida Abreu, encerrou a reunião  
587 às dezenove horas.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR**  
**Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR**

**19ª Reunião Ordinária  
Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial- CNPIR**

**Data:** 13/ 03/ 2009

**Locais:** Auditório- Sub-solo- Bloco A- Esplanada dos Ministérios- Brasília- DF

**Pauta**

- |                |   |
|----------------|---|
| <b>09:30h</b>  | Leitura e aprovação da pauta<br>Aprovação da Ata anterior   |
| <b>10:00 h</b> | Comissões Permanentes/ CNPIR  |
| <b>10:30 h</b> | <b>Intervalo</b>  |
| <b>11:15 h</b> | Proposta de Criação de Delegacias Especializadas em Crimes Étnico- Raciais e Intolerâncias<br>➤ <b>Carlos Moura</b> - Ouvidor/ SEPPIR |
| <b>12:00 h</b> | <b>Almoço</b>   |
| <b>14:00 h</b> | II CONAPIR<br>➤ Apresentação: <b>Comissão Organizadora/ II CONAPIR</b><br>➤ Coordenação: <b>Senhor Ministro Edson Santos</b>          |
| <b>15:30 h</b> | Definição do calendário p/ 2009   |
| <b>16:00 h</b> | <b>Intervalo p/ lanche</b>  |
| <b>16:30</b>   | Estatuto da Igualdade Racial<br>➤ <b>Ernesto Pereira Filho</b> - Assessor Parlamentar   |
| <b>17:00 h</b> | Informes  |
| <b>18:00 h</b> | Encaminhamentos Gerais  |
| <b>18:30 h</b> | <b>Encerramento</b>   |

**"não estamos satisfeitos e nem ficaremos satisfeitos até que:  
a justiça jorre como uma fonte; e a eqüidade, como uma poderosa correnteza".**

**MARTIN LUTHER KING**